

## *Editorial*

### **Produção científica no consenso/dissenso: breves questões**

Diante de crescentes ondas de conservadorismo no cenário nacional e no mundo, urge pensarmos mais atentamente no que se chama de “fissuras” ou “quebras” em um sensível partilhado (RANCIÈRE, 2012) e tornado praticamente hegemônico neste campo. Em uma sociedade na qual o consenso impeira como forma de organização política, os espaços de dissenso são considerados como equívocos, atrasos, ações que caracterizam a volta ao primitivismo ou aberrações que a natureza não aprovaria. Em síntese, o dissenso é um erro na perspectiva da ordem que estabelece os lugares e funções dos corpos, das crenças, da cor, as etnias, das subjetividades.

Ora, se na perspectiva do normativo o dissenso é um erro, o correto seria, então, o consenso. Mas para mantê-lo ou conquistá-lo faz-se necessário silenciar, invisibilizar, esconder e/ou eliminar os que contra ele se rebelam. Este é um dos pontos nodais das práticas de intolerância que temos assistido nos últimos tempos em diferentes pontos deste mundo.

Faz-se importante, assim, que a ciência possa dar espaço a investigações que possibilitem a problematização de questões tidas como naturais e consensuais para que, por meio de uma forma específica de “fissura” no tecido normativo, possa compreender as experiências no campo do político. Em consequência, faz-se fundamental a divulgação, a visibilidade deste conhecimento, para que se possa realizar amplos debates, a partir de uma lógica agonística, no campo do saber.

É neste “espírito” que publicamos o número 2 do volume 49 deste periódico científico, no compromisso de visibilizar formas de ocupação do espaço público, práticas de reparação de danos por meio de políticas públicas e outras pesquisas que possibilitam olhares acerca dos recursos de enfrentamento a desigualdade, a qual se coloca na base de múltiplas formas de sofrimento humano.

Abrimos o número com o artigo “Ortega y Gasset: Universidade e Ciência”, José Mauricio de Carvalho e Mauro S. de C. Tomaz, defendem que a análise orteguiana, apesar de ter pontos comuns com a análise realizada por

Husserl acerca da universidade e ciência, é mais ampla por incluir um elemento ontológico, ligado à condição do homem, à raiz da crise de cultura que se experimentava na Europa daquele momento.

Enrico Rosa Trevisan, no artigo “O uso do espaço urbano sob a ótica publicitária em tempos de convergência”, discute o impacto das transformações tecnológicas no campo da comunicação no contexto de uma cultura de convergência, com base em algumas campanhas publicitárias recentes. O artigo “Governo das Condutas e Subjetividades Contemporâneas: O Biocapital em Questão”, de autoria de Dolores C. G. Galindo, Flávia C. S. Lemos, Marcos Nalli, Daniella S. Santos e Renata Vilela, faz um estudo teórico, a partir de Michel Foucault e em outros autores contemporâneos, analisando a “produção do mercado da saúde por meio da indústria farmacêutica, da gestão de riscos/perigos, da venda e compra de serviços biomédicos variados, sob o modelo neoliberal atual”.

Andréa C. C. Scisleski, Hebe S. Gonçalves e Lilian R. da Cruz, no artigo “As práticas da Psicologia nas políticas públicas de assistência social, segurança pública e juventude”, analisam o lugar da Psicologia nas políticas públicas de assistência, segurança e juventude, destacando que as operacionalizações e obstáculos neste fazer tornam possível problematizar e abrir estratégias de intervenção variadas, no que se refere ao “o que”, “como” e nos efeitos destas práticas. O artigo “Encontros com a pesquisa: uma experiência sobre trabalho em saúde, tempo e fotografia”, de autoria de Jaqueline Tittoni e Jéssica Prudente, discute estes termos articulados “para provocar o pensamento sobre os modos de trabalhar através da possibilidade de sustentar um tempo para olhar e refletir sobre o trabalho”. A investigação se deu com trabalhadores de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) no município de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, misturando na experiência da produção das imagens tanto os pesquisadores como dos sujeitos do território.

“A caracterização do trabalho do psicólogo no Tribunal de Justiça de Santa Catarina” é o artigo de autoria de Paola de M. Otaran e Graziela Amboni, que, a partir de um estudo quantiquantitativo com 26 psicólogos, traça o perfil deste profissional no Tribunal de Justiça de Santa Catarina, no qual caracteriza as atividades realizadas, verifica o reconhecimento de sua função, analisa as condições de trabalho e visa compreender os desafios de sua prática profissional. Lauren B. Gomes e Jadete R. Gonçalves, no artigo “Processo de Luto: a importância do diagnóstico diferencial na prática clínica”, por meio de dois casos atendidos no contexto de uma unidade de saúde da família, possibilitam problematizações em torno do diagnóstico diferencial do luto saudável e do luto mal elaborado e suas consequências.

Em sequência e para finalizar, temos o Dossiê “Ocupações Urbanas no Brasil Contemporâneo”, organizado pelos professores da UDESC Dra. Carmen Tornquist e Dr. Francisco Canella, os quais foram os editores do referido dossiê.

Desejamos uma ótima leitura para vocês!

**Kátia Maheirie**  
*Editora Geral*

**Referência:**

RANCIÈRE, J. (2012). **O Espectador Emancipado**. São Paulo: Martins Fontes.